



EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS FORMAS DE PRIVATIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NA PRAIA: Três estudos de caso em Sergipe

Eliene Oliveira da Silva

Universidade Federal de Sergipe - UFS.
eliene.gm@academico.ufs.br

Vanei Pimentel Santos

Universidade Federal de Sergipe - UFS.
vaneipimentel@academico.ufs.br

João Paulo Batista de Almeida

Universidade Federal de Sergipe - UFS.
202111003750@academico.ufs.br

Marina de Souza Sartore

Universidade Federal de Sergipe - UFS.
marinass@academico.ufs.br

Cae Rodrigues

Universidade Federal de Sergipe - UFS.
caerodrigue@academico.ufs.br

GT 01: Instrumentação e vivências em Educação Ambiental

Palavras-chave: LITORAL; JUSTIÇA AMBIENTAL; ACESSO À NATUREZA.

1.0 INTRODUÇÃO

Essa comunicação tem como objetivo apresentar três estudos de caso que ocorrem nas praias de Sergipe e que problematizam a questão do acesso privativo e

comercial às praias e as potenciais influências da Educação Ambiental (EA) na discussão sobre o acesso privativo e comercial à natureza.

Em sua corrente dominante, a EA pressupõe que a natureza é um bem público que precisa ser conservado. A ideia de conservação da praia está associada ao fato de que ela deve continuar sendo um espaço de natureza protegido das intervenções humanas. Ao mesmo tempo, nossa Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) assegura a todos o direito de acessar a praia livre e gratuitamente. Do outro lado do espectro, temos as apropriações físicas e simbólicas da praia como, por exemplo, os bares de praia (BRUNO; SALLE, 2017; SARTORE et al., 2019).

A questão sobre o uso privativo e pago das praias pode parecer trivial se olharmos apenas para o Brasil, onde o fenômeno da privatização e comercialização nas faixas de areia é comum e pouco questionado. No entanto, as dinâmicas de apropriação privadas e pagas da praia variam entre países devido, em grande parte, às diferentes representações coletivas construídas sobre a relação ser humano-natureza e às diferentes formas sobre como interpretamos e legitimamos a sobreposição entre a natureza, vista como pública e gratuita, e o mercado, visto como privado e pago.

Alguns acontecimentos recentes nos chamam a atenção para a importância de se estudar as configurações contemporâneas do acesso à praia. As mudanças climáticas causam o aumento do nível do mar, aumentando as preocupações sobre os usos da praia. A praia tem sido o espaço preferencial de destinos turísticos. No caso do Brasil, 25% da população mora no litoral. A pandemia culminou no fechamento de acesso às praias, um prenúncio de possíveis problemas futuros de acesso à praia em um cenário de constante crescimento populacional e diminuição do espaço de praia (SARTORE; RODRIGUES, 2020).

Nessa comunicação trazemos três estudos de caso, duas pesquisas de mestrado em fase de finalização e uma de doutorado, em fase inicial. As três pesquisas desenvolvem a problemática do acesso ao litoral sergipano, propondo estudos sobre as formas de apropriação da praia que restringem o seu acesso público e gratuito gerando mecanismos de estratificação social e desigualdade de acesso à natureza. As três pesquisas estão sendo realizadas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), programa interdisciplinar e em rede. Após a descrição dos estudos de caso, apresentamos as considerações finais aglutinando os três estudos de caso e apontando em que medida podem dar subsídios analíticos às discussões mais gerais sobre EA, em especial sobre os usos das praias no litoral sergipano.

2.0 A OCUPAÇÃO PRIVADA DA PRAIA EM ARACAJU: RELAÇÕES ENTRE O LÚDICO, A NATUREZA E O MERCADO NO LITORAL

Partindo do pressuposto de que o acesso à natureza ocorre de forma estratificada, a pesquisa “A ocupação privada da praia em Aracaju”, em andamento como tese de doutorado no PRODEMA, investiga a distribuição da ocupação dos espaços litorâneos do município de Aracaju, Sergipe, por prestadores de serviço que oferecem vivências lúdicas pagas na areia da praia. Um exemplo concreto são as academias de ginástica que ocupam os espaços da Orla, de maneira ocasional, para as práticas de exercícios físicos para seus alunos. O objeto de estudo levanta, em especial, três grandes questionamentos: O primeiro se refere a como se constituem dinâmicas associadas ao empreendedorismo privado em um espaço legalmente concebido como público, no qual o acesso livre, irrestrito e gratuito deveria ser exercido como direito constitucional?

Esta primeira questão faz sentido, principalmente, pelo conhecimento de que diferentes países, ou mesmo diferentes regiões dentro de um mesmo país, constroem dinâmicas diferentes de apropriação dos espaços de praia no que tange à oferta de serviços lúdicos. No que tange à EA, sendo a praia um fenômeno socialmente construído, comumente, a partir de imaginários de “naturezas”, a maneira como as dinâmicas de apropriação da praia se constituem revelam importantes representações coletivas da relação ser humano-meio ambiente da cultura local. Ao compreender as formas de apropriação dos espaços da praia, a pesquisa pode subsidiar a discussão da EA ao trazer quais são as formas de precificação e comercialização da praia. Deste modo, o principal objetivo do primeiro questionamento seria investigar o processo de apropriação do espaço da praia com fins a ofertar atividades lúdicas pagas no contexto local das praias de Aracaju.

O segundo questionamento se refere aos grupos que se apropriam e se beneficiam da ocupação do espaço da praia e à opinião pública sobre esta apropriação. Este questionamento se aproxima da EA, uma vez que as ações de EA buscam soluções possíveis para amenizar os problemas socioambientais e sensibilizar a sociedade sobre as consequências dos impactos causados ao meio ambiente. Como processo educativo, um dos principais objetivos da EA está na formação ecológica do cidadão para que esse se torne um agente participativo da conservação ambiental, especialmente no plano local. Se a ocupação do espaço da praia é estratificada, logo a formação ecológica do

cidadão, assim como o acesso às práticas de sensibilização para a conservação da praia, também o será.

Nesse sentido, mapear a opinião pública sobre a apropriação privada da praia é um passo importante para compreender como a sociedade está moldando as suas percepções sobre os usos e a conservação da natureza. A apropriação privada da praia reflete qual perspectiva de conservação da praia? Trata-se de deixar a natureza da praia intacta ou de ocupá-la de maneira sustentável? Tal conhecimento pode fornecer, novamente, importantes evidências sobre as representações coletivas de praia constituídas localmente, incluindo a possível percepção da praia como natureza pública e gratuita ou privada e paga. E, se há tal percepção, qual “natureza” será a da praia comercializada? Sem dúvidas outro questionamento relevante para se pensar ações e políticas públicas de conservação ambiental neste espaço.

O questionamento sobre os grupos sociais que mais se beneficiam da apropriação privada da praia aborda, em especial, a questão da justiça ambiental. É importante conhecer quais grupos sociais se beneficiam da relação com o meio ambiente constituída localmente, conseqüentemente, identificar quais são os grupos excluídos do direito de acesso, seja por questões físicas ou simbólicas, quando se implementa o comércio de vivências lúdicas na praia. Outra forma de subsidiar o debate na EA é questionando a quem ela pode alcançar nestes espaços?

Por fim, o terceiro questionamento é como o movimento de apropriação privada e comercial da praia contrasta com os atuais ideais (científicos; legais) de conservação ambiental de áreas litorâneas urbanas? Qual a vertente dominante de EA e conservação ambiental em relação à praia e como ela se posiciona diante do fenômeno do comércio de serviços lúdicos na praia? Este questionamento é essencial para se pensar no alcance prático das atuais teorias e políticas ambientais. A aproximação entre o ideal da conservação das praias e a realidade de contexto local é sempre o caminho mais propício para que os objetivos propostos em teoria encontrem desfechos generativos na prática.

3.0 MAPEAMENTO DAS DINÂMICAS DE OCUPAÇÃO SOCIOAMBIENTAIS DA PRAIA DA CINELÂNDIA EM ARACAJU-SE

Na praia, território de interação entre ser humano-natureza, podem ser reveladas formas de apropriação diversas que refletem a dicotomia entre os interesses públicos e

privados e interferem no fluxo e acesso ambiental dos atores sociais. Conforme a Lei 7.661, a zona costeira é o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis e não renováveis, abrangendo a faixa marítima e terrestre. Em tais locais são arquitetadas estruturas que afetam a dinâmica ambiental, a exemplo da Orla, que atrai novos frequentadores motivados por lazer e consumo, ao mesmo tempo em que frequentadores antigos ou moradores se deparam com modificações territoriais que limitam o acesso e refletem a disputa de poder pela apropriação da praia (ARANTES, 2000).

Nesse sentido, a praia da Cinelândia, no litoral urbano de Aracaju, representa um microcosmo onde diferentes atores sociais (por exemplo, donos de bares, turistas, frequentadores regulares, trabalhadores informais) coabitam o espaço e se relacionam de maneiras diversas com o ambiente. Conhecer a percepção socioambiental destes diferentes atores pode desvelar tensões e dilemas socioecológicos diretamente relacionados à questão dos processos de ocupação da praia. Em outras palavras, é relevante compreender os diferentes indivíduos que se relacionam com a praia da Cinelândia, haja vista que nos territórios existenciais são produzidas formas de significações que dão visibilidade às dimensões simbólicas estabelecidas no contato com a natureza.

A pesquisa “Mapeamento das dinâmicas de ocupação socioambientais da Praia da Cinelândia em Aracaju-SE”, em desenvolvimento como dissertação de mestrado no PRODEMA, objetiva investigar as dinâmicas de ocupação socioambiental da praia da Cinelândia, conhecendo o fenômeno a partir das pessoas que o constroem simbolicamente. O mapeamento está sendo realizado a partir da cartografia social, pela qual as formas de ocupação e dinâmicas de apropriação do espaço serão evidenciadas por meio das narrativas dos atores sociais que o constituem como território existencial. A pesquisa busca minimizar a lacuna existente em Sergipe de produções científicas que abordam as formas de ocupação socioambiental de praias públicas por atores diversos, incluindo formas de apropriação territorial que são produtoras de gentrificação física e simbólica em espaços nos quais o direito de acesso e uso livre, irrestrito e gratuito são garantidos legalmente. Os resultados da pesquisa trazem contribuições científicas, especialmente, no âmbito dos estudos do litoral com foco em perspectivas sociológicas das relações mercado-natureza e perspectivas educacionais das relações ser humano-meio ambiente. Os resultados também podem trazer importantes contribuições

práticas no âmbito da construção de políticas públicas ambientais com foco na conservação do litoral em espaços urbanos.

No que tange à EA, a pesquisa dá subsídios ao trazer uma perspectiva fenomenológica sobre a percepção de acesso à praia dos frequentadores da Cinelândia. Neste sentido, pode-se encontrar categorias de percepções do mundo ambiental que ultrapassam a dualidade público e gratuito versus privado e pago. Entender como as pessoas percebem o fenômeno dos usos privados e pagos na praia contribui para que se possa compreender melhor como o enquadramento de preservação e conservação ambiental são incorporados e sentidos por aqueles que experienciam a praia regularmente.

4.0 MERCANTILIZAÇÃO DO MERGULHO: OCUPAÇÃO DO LITORAL DA BARRA DOS COQUEIROS/SE PELOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS

A expansão urbana é uma consequência previsível diante da dinâmica não linear da cidade que repercute em diferentes atuações dos atores imobiliários e dos grupos de excluídos (PINHEIRO, 2007). Nesse contexto, as formas contemporâneas de morar na cidade, constantemente em desenvolvimento, são diversas e vão sendo construídas de forma a atender a lógica do mercado imobiliário e dos investidores/interessados, dotando de infraestrutura e explorando os vazios urbanos. A pesquisa “Mercantilização do mergulho”, em desenvolvimento como dissertação de mestrado no PRODEMA, traz como foco os condomínios horizontais fechados (CHF) como uma das novas formas de morar permanente ou ocasionalmente. No Brasil, este tipo de moradia surgiu na década de 1970, enquanto que na capital sergipana a partir da década de 1990 (FRANÇA, 2005) e na Barra dos Coqueiros – espaço foco deste estudo – apenas posterior ao advento da ponte Construtor João Alves, em 2006.

O aumento na ocupação do litoral por CHF, a crescente busca pelo turismo de sol e praia, o interesse da população em atividades ao ar livre no pós-pandemia (SEMEIA, 2022) e, por fim, o aumento do nível do mar em algumas localidades (WALKER et al, 2022) são alguns dos fatores que contribuem para que o fechamento do acesso à praia seja um fenômeno mundial. Duas importantes afirmações podem ser feitas a partir deste ponto: 1. Recursos naturais são finitos, neste caso, a praia. 2. Estamos diante de um problema de ocupação ambiental que, no caso da Barra dos

Coqueiros, ocorre sem grandes disputas entre os agentes envolvidos e sem repercussões midiáticas locais.

Assim, a discussão da dissertação se enquadra no debate da EA e da justiça ambiental na medida em que traz dados sobre a ocupação do litoral na Barra dos Coqueiros por CHF pé-na-areia (portanto, a ocupação da natureza) e apresenta dados sobre como ocorre essa ocupação, por quais agentes e por quais discursos, evidenciando as percepções dos agentes e os processos necessários em relação às ideias dominantes de conservação ambiental. Um primeiro resultado da pesquisa já aponta que, por um lado, as desavenças ambientais são resolvidas pelos processos burocráticos para a implementação dos condomínios, como as audiências públicas e as emissões de licenças ambientais. Tudo se passa como se a apropriação do espaço da praia estivesse vinculada ao solucionamento das questões ambientais mais técnicas. Uma vez resolvidas, os CHF beira-mar podem ser construídos. Por outro lado, todas as construtoras colocam em suas propagandas, de maneira direta ou indireta, o privilégio e o uso exclusivo à praia. Se, do lado da população em geral e do Estado não há um questionamento sobre o “fechamento” das praias na barra dos coqueiros por CHF beira mar, por outro, do lado do mercado e das construtoras, há uma menção explícita aos benefícios e vantagens desse fechamento.

Os dados da pesquisa mostram ainda que os discursos da EA estão incorporados nos laudos técnicos que autorizam a construção dos condomínios. Ela também aparece nas propagandas na forma de acesso à natureza, poder viver em contato com a natureza, poder economizar com condomínio por meio da energia solar utilizada em áreas comuns (caso de dois dos condomínios). Porém, a interação com a natureza da praia é mostrada como exclusiva para aqueles que podem comprar lotes e construir casas nestes condomínios.

Assim, na Barra dos Coqueiros, o rápido aumento de CHF pé-na-areia é um fenômeno pelo qual podemos explorar como a apropriação do acesso à praia, ou seja, do acesso à um espaço que deveria ser público e gratuito e que acaba sendo abarcado pelo mercado imobiliário para fins privados, sendo o processo legitimado e realizado de modo a sobrepor as esferas do mercado (do privado e pago) com a natureza (o público e o gratuito). Trata-se, portanto, de um processo de privatização e precificação do acesso aos espaços litorâneos, cada vez mais valorizados comercialmente.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta comunicação pretendemos expor as pesquisas que estão sendo desenvolvidas no âmbito do PRODEMA-UFS que têm uma preocupação básica em comum: os processos físicos e simbólicos de fechamento do acesso às praias. Em teoria e pela legislação, as praias são espaços públicos e gratuitos. São espaços democráticos. Porém, as praias, desde as suas primeiras formas de ocupação para fins terapêuticos, depois para fins de lazer e comerciais, explicitam os processos de estratificação social e de desigualdade de acesso à natureza das sociedades. Assim, cada um dos três trabalhos apresentados como estudos de caso engloba a discussão sobre como a apropriação da praia de maneira privada e comercial se torna possível e legitimada em um contexto de conservação ambiental, promovido pelas políticas de EA.

Os três estudos de caso, a apropriação da praia por grupos profissionais que oferecem serviços lúdicos, ou que compõem o microcosmo comercial da praia da Cinelândia, ou que constroem condomínios à beira-mar, representam um fenômeno de ocupação e fechamento tanto físico quanto simbólico das praias. Eles dão subsídios para se pensar as práticas da EA a partir de questionamentos diversos:

1. A existência de formas de precificação e comercialização compromete os preceitos básicos de EA?
2. Como ocorre a EA em espaços de estratificação social e desigualdade de acesso à praia?
3. Qual o tipo de acesso à praia que queremos enquanto sociedade? Um espaço pago e privativo ou público e gratuito? Como o discurso da EA atravessa esta discussão moral?
4. Quais tipos de EA são incorporadas pelos públicos que têm acesso pagos e privativos à praia? Será que associam preservação ambiental ao comércio?
5. Qual a percepção de ser humano e natureza dentro de um enquadramento de conservação da praia proposto pela EA e o enquadramento de uso privativo e pago da praia?

O caso das demolições dos bares de praia em Aracaju é emblemático da discussão que queremos propor e pode ser melhor compreendido em Sartore et al. (2019). Emblemático, pois traz, de um lado, o ministério público requerendo judicialmente a demolição das barracas da praia com a justificativa de que não cumprem a legislação ambiental e de que sua presença afeta o funcionamento do ecossistema da praia, além de comprometer o acesso público e gratuito às praias. Do outro lado, os

proprietários das barracas de praia argumentam que impulsionam o turismo e a economia da cidade e que a presença das barracas permite a conservação da praia. A questão que se coloca é: Qual das duas versões de usos da praia é a dominante no Brasil e como elas repercutem na forma como pensamos a conservação da natureza a partir do acesso que podemos ter a ela?

6.0 REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antônio. A guerra dos lugares: mapeando zonas de turbulência. In: ARANTES, Antônio.. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público**. São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas, SP: EDUNICAMP, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Centro Gráfico, 1988.
- BRUNO, I., SALLE, G. État, ne touche pas à Mon Matelas! Conflits d'usage et luttes d'appropriation sur la plage de Pampelonne. **Ars**, 03 (218), 2017, p. 2-45
- FRANÇA, S. L. A. Os Condomínios Horizontais Fechados na Zona de Expansão Urbana de Aracaju: Uma Nova Modalidade de Segregação. In VI Encontro Nacional da ANPEGE, 2005, **Anais**, Fortaleza: UFCE, 2005.
- PINHEIRO, K. L. C. B. Bases teóricas gerais sobre urbanização no Brasil. RDE. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 9, p. 61-68, 2007.
- SARTORE, M. S; PEREIRA, S. A; RODRIGUES, C. Aracaju beach bars as a contested Market: conflicts and overlaps between market and culture. **Ocean and Coastal Management**, n.179, 2019.
- SARTORE, M. RODRIGUES, C. The beach "new normal": moral controversies on the free and public versus the private and paid uses of the beach during the COVID-19 pandemic. In SARTORE, M.; PEREIRA, S. A. (orgs). **Distopias do Litoral**. 1a Ed. Aracaju, SE: Criação Editora. p. 15-38
- SEMEIA. **Parques e a Pandemia: Comportamentos e Expectativas**. 2022. Disponível em: <https://www.semeia.org.br/publicacoes.php>. Acesso em 05 de Maio de 2022.
- WALKER, J. S; KOPP, R. E; LITTLE, C. M; HORTON, B. P. Timing of emergence of modern rates of sea-level rise by 1863. **Nature communications**, v. 13, n. 1, p. 1-8, 2022.